



Parques de Sintra

**ENTRE
MNEMÓSINE
E
TERPSÍCORE**

**Um guia do
Palácio Nacional
de Sintra
para mentes críticas**

**BRUNO A MARTINHO
CARLA VENTURA
CLÁUDIO CARDOSO MARQUES**



Parques de Sintra

**ENTRE
MNEMÓSINE
E
TERPSÍCORE**

**Um guia do
Palácio Nacional
de Sintra
para mentes críticas**

Projeto Erasmus+ 2020-1-PT01-KA227-SCH-094816
PROGRAMA KA227 – PARCERIAS PARA A CRIATIVIDADE
no campo do ENSINO ESCOLAR

INTRODUÇÃO	4
COMO UTILIZAR ESTE GUIA	7
O MAPA	9

Tempo
10

Natureza
16

Poder
21

Educação
28

Memória
34

Corpo
43

Sentidos
49

Longínquo
54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
----------------------------	----



INTRODUÇÃO

"Entre Mnemósine e Terpsícore" Património e Dança Contemporânea para a promoção do pensamento crítico nos jovens

O projeto

Este guia é resultado de um projeto *Erasmus+ Parcerias para a Criatividade* que tem por patronas Mnemósine, a titã da mitologia grega que personificava a memória, e Terpsícore, uma das suas nove filhas e musa da dança. Escolhemos a memória pois o projeto incentiva dois palácios históricos a reconsiderar as suas narrativas de maneira a gerar um campo de reflexão comum com as comunidades locais, aqui representadas por duas escolas locais. Por outro lado, a dança integra este projeto por entendermos que, enquanto forma de expressão de emoções e interpretações individuais, tem a capacidade de atuar como um poderoso meio de mediação cultural. É aqui que Mnemósine encontra Terpsícore.





Ao longo de um ano letivo, dois grupos de alunos, um do Agrupamento de Escolas Monte da Lua em Sintra e outro do LXXXVI Liceum Ogólnokształcące im. Batalionu “Zośka” em Varsóvia, conceberam duas performances de dança a partir das suas visitas ao Palácio Nacional de Sintra e ao Palácio-Museu do rei Jan III Sobieski em Wilanów, respetivamente. Apesar dos diferentes contextos, os alunos foram convidados a desenvolver a performance com base no mesmo conjunto de temas: Memória, Natureza, Sentidos, Corpo e Poder. Este foco em temas, em vez de factos, visou estabelecer uma ponte entre a história dos palácios e a realidade contemporânea dos alunos. Desta forma, os alunos interpretavam os palácios através de problemáticas com as quais se sentiam diretamente envolvidos, e os palácios colocavam a perspetiva dos jovens no centro da interpretação do património. Ao longo de várias semanas, a associação de dança contemporânea Meet Share Dance, sediada em Madrid, orientou os alunos no sentido de exprimirem através da dança as suas interpretações. O resultado foi muito para além de um espetáculo. Os alunos estabeleceram uma relação emocional e crítica com o património, aumentaram a sua autoestima e autoconfiança, e puderam alargar os seus horizontes através do intercâmbio cultural com os seus pares europeus.





Este guia estrutura-se em oito capítulos, cinco dos quais têm os mesmos temas que estiveram na base das reflexões dos alunos e que serviram também para desenvolver uma aplicação digital para visitar os palácios em modo individual – um produto que esteve a cargo da empresa portuguesa byAR. Neste guia, acrescentamos mais três temas: Tempo, Educação e Longínquo. O desafio é o mesmo: partir do palácio e pensar em questões mais além da história do edifício que possam conectar o visitante-leitor com a sua contemporaneidade. É um guia para estimular mentes e para desenvolver o pensamento crítico, competências essenciais para uma sociedade democrática e ativamente envolvida.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



meet
share
dance
www.meetshare.com





Como utilizar este guia:

O objetivo do guia é estimular o pensamento crítico, que é uma das competências essenciais no mundo atual. Foi concebido para colocar questões e incentivar a reflexão.

Queremos falar sobre a história do palácio e usar o património para melhor entender e viver numa realidade em rápida mudança.

O guia poderá ser lido antes, durante ou depois da visita.

Podes utilizá-lo como introdução ao palácio e como preparação de uma viagem reflexiva ao longo do percurso de visita. Podes também utilizá-lo no próprio palácio, lendo algumas partes enquanto fazes uma pequena pausa. Ou podes lê-lo no regresso a casa, lembrando o que acabaste de visitar ao mesmo tempo que refletés sobre as questões levantadas pelo guia.





Se fores acompanhado, conversa com as pessoas à tua volta, utilizando os temas que sugerimos. Se surgirem novas perguntas, é porque estás a fazer bom uso deste guia.

O pensamento crítico também é a capacidade de fazer perguntas. Não te preocupes se houver perguntas a mais ou se nem sempre encontrares a resposta. Somente pensar e considerar alternativas é um bom exercício para o teu cérebro!

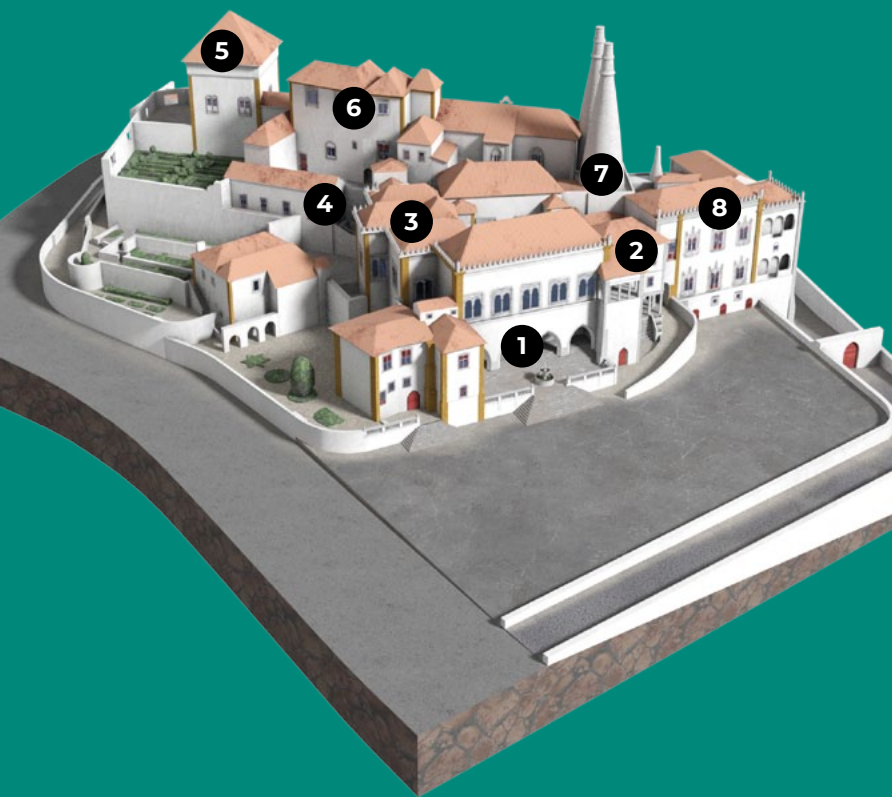
Ao invés de contar tudo o que pode ser visto no Palácio Nacional de Sintra, selecionamos alguns tópicos que acreditamos serem atuais, apesar de trazerem a história de vários séculos atrás. São eles: tempo, natureza, poder, educação, memória, corpo, sentidos e longínquo. Os mesmos temas são abordados por um guia do palácio de Wilanów na Polónia, elaborado por museólogos polacos (disponível em inglês), que também podes usar!

O guia será um bom companheiro para visitar o palácio com a tua família, amigos ou sozinho.

Aproveita a leitura e não deixes de partilhar os teus pensamentos!



O MAPA



- | | |
|-------------|---|
| #Tempo | 1 |
| # Natureza | 2 |
| # Poder | 3 |
| #Educação | 4 |
| # Memória | 5 |
| # Corpo | 6 |
| # Sentidos | 7 |
| # Longínquo | 8 |



#Tempo

O Palácio Nacional de Sintra encerra em si cerca de mil anos de história. Mil anos de história que passaram por este espaço único onde hoje se ergue o monumento.



Ao longo da História, o tempo é muitas vezes visto como um agente modificador que transforma tudo à sua passagem. Tomemos as Arcadas do Palácio como exemplo. Remontando ao século XV, altura em que o rei era D. João I (1357–1433), as Arcadas são um dos espaços mais importantes do paço, aberto ao exterior, local onde a população de Sintra podia vir pedir justiça, assinar contratos, fazer negócios ou pagar impostos. O tempo encarregar-se-á de transformar este espaço público num espaço de âmbito mais restrito, quando, nos séculos XVIII e XIX, é transformado num vestíbulo. A entrada após as escadas é então um *toilette* para homens e mulheres e o corredor interior, cujas janelas avistamos do exterior, transforma-se no “corredor dos cabides”. Hoje, as Arcadas são o local onde um turista espera para mostrar o bilhete e entrar no museu.

E no futuro? Daqui a 200 anos, o que iremos encontrar aqui? Continuará a ser um palácio que é património de todos? E poderá ser visitado?



Por outro lado, o tempo também se pode assumir como um agente estabilizador, ou seja, algo que organiza a atividade humana. Sempre houve necessidade de perceber quando plantar os cereais, quando celebrar as diferentes festividades religiosas ou simplesmente quando vai nascer um bebé. Também a população de Sintra sabia que era habitual a corte deslocar-se à vila em determinadas alturas do ano, fosse para caçar ou para veranejar, o que implicava um maior desenvolvimento social e económico da vila nessa altura. Além disso, era a altura do ano em que o rei e a rainha estavam mais próximos, possibilitando assim maiores benefícios e privilégios a quem aí vivia. Nos nossos dias são as épocas de maior afluência de turistas que mais contribuem para o desenvolvimento da vila. O retorno previsível da corte a Sintra no passado ou a chegada de turistas no presente funciona, assim, como elemento estabilizador da vida dos sintrenses.

Esta previsibilidade de ciclos temporais de maior dinamismo cria a sensação de que podemos controlar o tempo. Mas para isso, é preciso saber medi-lo e organizá-lo. A marcação de horas e a criação de calendários permitem uma referência que seja comum num determinado espaço e numa determinada época. No entanto, o tempo é igualmente relativo e depende da perceção individual de cada um.

“O passado é um país estrangeiro; lá, as coisas são feitas de maneira diferente.”

(a partir de L.P.Hartley, *The Go-Between*, 1953).



Em 1787, um nobre inglês e o seu amigo deslocam-se a Sintra, vindos de Lisboa. Entram no coche de manhã e, ao longo de seis horas irão fazer essa viagem de 30 quilómetros. A estrada leva-os a atravessar várias povoações, uma delas com um nome muito curioso, a Porcalhota. Chegam finalmente a Sintra e visitam o Palácio, tecendo os seus comentários acerca das Arcadas. Esta experiência terá durado cerca de 12 horas e, no dia seguinte, o visitante inglês irá descrevê-la numa carta que demorará vários dias a chegar ao seu destino. Imaginemos agora a mesma situação, mas nos nossos dias: um inglês e o seu amigo saem de Lisboa e apanham o comboio na estação do Rossio. No percurso, o comboio para em várias estações, uma delas chamada Amadora, outrora conhecida como Porcalhota. 45 minutos depois, chegam a Sintra e percorrem o caminho até ao Palácio Nacional, onde compram um bilhete para visitar o interior. Validam a entrada, precisamente nas Arcadas, onde decidem também tirar uma foto que, de imediato, enviam aos seus amigos em Londres, partilhando a sua opinião acerca do local. Esta experiência durou cerca de 1 hora e 20 minutos.





A medição do tempo num instrumento como um relógio mostra bem a diferença entre a duração do que sucedeu no passado e o que sucederia no presente. No entanto, nenhum instrumento poderia medir a maneira como a passagem do tempo foi sentida por cada um dos intervenientes, em cada uma das épocas, pois essa experiência é muito subjetiva, sobretudo se pensarmos que ocorreram em tempos diferentes, separados por mentalidades e modos distintos de estar na vida.

De facto, o passado diferencia-se do presente. No entanto, não deixa de o influenciar profundamente, como facilmente se comprova quando olhamos para a história do Palácio Nacional de Sintra.

E se D. Afonso Henriques (m. 1185) não tivesse conquistado Lisboa aos muçulmanos em 1147 e, conseqüentemente, Sintra não tivesse sido pacificamente tomada pelos cristãos?

E se D. Dinis (1261–1325) não tivesse feito obras para melhorar o seu paço no século XIV?

E se D. João I não tivesse ordenado a construção das chaminés do Palácio e que hoje são o símbolo de Sintra?

E se D. Manuel I (1469–1521) não tivesse mandado contruir a Sala dos Brasões, um dos espaços mais surpreendentes do Palácio?

Se algum destes eventos não tivesse sucedido, a visita a este monumento seria certamente muito diferente.



São várias as camadas da história que se podem descobrir no Palácio. Multipliquemos todos os acontecimentos que aqui tiveram lugar pelas diferentes vivências de quem o habitou e pelas perspetivas de quem hoje o visita: a vivência do rei, que aqui vinha passar uma temporada, o escrivão que aqui se encontrava permanentemente, os embaixadores que apenas vinham por uns dias e um visitante que aqui passa umas horas da sua vida. Estes exemplos demonstram bem como o tempo influencia incontornavelmente a experiência dos lugares. Existem, portanto, neste Palácio, inúmeras linhas de tempo que se entrecruzam, se repetem e, por vezes, fecham ciclos completos. Neste sentido, quem hoje visita o palácio ou quem nele trabalha encontra o resultado da interação de todos estes elementos. Será possível registá-los todos?

A visita ao Palácio Nacional de Sintra é, pois, um convite à reflexão crítica sobre o modo como o tempo se assume como um agente transformador e estabilizador sobre tudo à sua passagem, mas também sobre como ele é vivido de maneira diferente por cada um de nós.

A vibrant tropical garden scene. In the foreground, there's a lush green lawn with scattered pink and red flowers. A tall, slender palm tree stands prominently in the center. To its left, a white building with arched windows and a tiled roof is visible. A large, ornate stone pillar stands in the middle ground. The background is filled with dense green foliage and more palm trees under a clear blue sky. A large, semi-transparent green circular graphic is overlaid on the right side of the image.

Natureza



Apesar de se tratar de um espaço interior, a Sala de Entrada do Palácio Nacional de Sintra, que serve de ponto de ligação entre o paço de D. João I (r. 1385–1433) a poente, de D. Manuel I (r. 1495–1521) a nascente e a cozinha a norte, destaca-se como um dos locais do Palácio onde se podem encontrar vários elementos relacionados com a Natureza.

Consegues identificá-los?

É fácil:

- As múltiplas janelas que ligam o interior do Palácio à montanha verdejante no exterior mostram a continuidade entre a cultura e a natureza;
- Os azulejos, decorados com folhas de videira e cachos de uvas, remetem-nos para o final do verão, a época de vindimas, durante as quais o trabalho humano de recolha deste fruto se impõe à Natureza;
- A água que brota da fonte, trazida através de um complexo sistema hidráulico, flui para uma base em forma de concha, recordando-nos um riacho que corre para o mar;



Como um cordão umbilical da Natureza que alimenta o Palácio, são mais de 600 anos de água canalizada trazida para este edifício, de animais caçados, de frutos e legumes colhidos para comer e de lenha recolhida para cozinhar e aquecer os espaços. Ao olhar pelas janelas do Palácio é possível compreender bem a dependência em relação à Natureza.

Por outro lado, a Natureza também funciona como uma linguagem simbólica integrada na arquitetura e noutros objetos. Por exemplo, os troncos de árvore presentes nas janelas de estilo Manuelino, visíveis no exterior, facilmente nos remetem para a forma como podemos representar uma “árvore genealógica”; no portal de pedra lavrada que dá acesso à Sala Manuelina, a romã poderia ser um símbolo da sociedade medieval dividida por ordens, de fertilidade ou uma evocação da vida eterna. A Natureza oferece, assim, símbolos para representar ideias e visões do mundo.

Conseguem encontrar outros elementos decorativos relacionados com a natureza que também tenham uma dimensão simbólica?

A Humanidade sempre encarou a Natureza como um campo onde suprir as suas necessidades. Essa dependência exige que as necessidades das culturas humanas sejam sustentáveis. Como podem diferentes estilos de vida aproximar-nos ou afastar-nos da natureza? De que modo se pode pensar num tipo de economia em que o consumo dos recursos naturais se aproxime mais de uma relação de equilíbrio do que de exploração? Por exemplo, no século XV, o rei D. Afonso V proíbe o corte de árvores de fruto, sobreiros e carvalhos para recolher lenha, mostrando assim uma



preocupação em evitar que os recursos de que necessitava se esgotassem. Décadas mais tarde, D. Manuel I ordena que cada agricultor plante 50 árvores de fruto nos 4 anos seguintes, revelando a preocupação de que os recursos gastos possam ser renovados. Estas preocupações estão patentes num documento do tempo de D. Manuel I:

“(...) nas outras matas que estão ao redor dos nossos paços dessa vila (...) defendemos que não cortem (...) nenhuns castanheiros ou sobreiros, porque nos praz que em tudo sejam defesos”

(a partir de *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fl. 64v).



Considerando até que ponto as nossas escolhas podem afetar o equilíbrio entre Cultura e Natureza, convidamos-te a fazer a seguinte atividade:

1. Imagina que viajas até ao século XV e que decides organizar um grande banquete para os teus convidados. Desenha uma tabela com três colunas;
2. Na primeira coluna escreve o número de convidados que pretendes ter na festa;
3. Na segunda coluna escreve uma lista com os recursos naturais que julgas necessários para realizar o banquete para aquele número de convidados. Tem sempre em conta que, conforme o número de convidados aumenta ou diminui, a quantidade de recursos utilizados também varia proporcionalmente. Por exemplo, para 10 pessoas, quantos javalis seria preciso caçar, quantos litros de água seriam necessários para cozinhar e dar de beber aos convidados e quantas árvores seria preciso cortar para aquecer os espaços e cozinhar?
4. Na terceira coluna, à semelhança de D. Afonso V e D. Manuel I, anota as medidas que deverão ser tomadas para compensar os recursos gastos, pois é preciso que continuem a estar disponíveis para não afetar as necessidades quotidianas da população.

Agora, observa os resultados. O que é melhor para garantir o equilíbrio entre a Cultura e a Natureza? Mais medidas compensatórias ou redimensionar as tuas escolhas iniciais?



Poder



O Palácio é um lugar onde os espaços, os objetos e os rituais estão interligados com relações de poder dentro da sociedade. Vejamos o exemplo do aposento real: a Sala dos Cisnes era a grande sala de aparato do Palácio, onde todos podiam entrar; na Sala das Pegas entravam aqueles que vinham para a audiência régia; na Câmara do Ouro, local onde o rei dormia, somente os mais privilegiados eram recebidos e, por fim, a Guarda Roupas e o Camarim eram os espaços exclusivos do rei e onde se guardavam os objetos valiosos. Integradas no paço construído por D. João I, no século XV, este aposento demonstra como o acesso à figura do monarca era fundamental para posicionar hierarquicamente quem o rodeava. Quanto maior era a proximidade física ao rei, mais elevado era o estatuto social do indivíduo, pelo que, o modo como as pessoas eram recebidas e tratadas no interior do paço real definia muitos dos privilégios que poderiam obter. E como funcionaria esta dinâmica?

Um dos elementos em que estas relações de poder se destacavam era a arquitetura, o que no caso do Palácio Nacional de Sintra é bem visível. Obedecendo à lógica construtiva típica do paço medieval, referida na obra *Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte*, a porta de entrada na grande sala de receção era mais alta e larga do que as restantes, permitindo não só o acesso a uma maior quantidade de pessoas, mas também alargando a amplitude de estratos sociais que a esse espaço podiam aceder.



Sala dos Cisnes

A ostentação da riqueza e o esplendor eram uma constante não só nas ocasiões solenes, como também nos momentos festivos, tais como festas ou banquetes. Na maior sala do Palácio, a Sala dos Cisnes, onde se realizavam estes eventos, mostrava-se a magnificência do rei. Nos dias de banquete, a mesa era trazida e montada neste espaço. No entanto, o móvel mais importante era a copa, um aparador onde se exibiam as peças mais ricas, vindas de outras partes do mundo e feitas dos materiais de melhor qualidade, como pratas, vidros e porcelanas chinesas. **Seriam usadas apenas como decoração?** Obviamente que não. É que, deste modo, através da riqueza e variedade dos objetos que ostentava, o monarca mostrava o alcance do seu poder.



O acesso à Sala das Pegas, um espaço mais reduzido, é feito por uma porta de dimensões menores, restringindo assim a entrada do número de pessoas. Aqueles que aí eram admitidos, normalmente para ser recebidos pelo rei, tinham maior importância do que os que apenas acediam à sala anterior.

Para além do espaço, também os objetos podem ser diferenciadores nas relações de poder. Mas de que modo?

Quando o rei recebia alguém em audiência, montava-se na Sala das Pegas um estrado, coberto com um tapete, sobre o qual era colocada uma cadeira. Sobre este conjunto erguia-se um dossel de tecidos ricos. **E como poderiam estes objetos demonstrar diferenciação social?**



Sala das Pegas

Já reparaste, por exemplo, que o estrado permite uma elevação física do rei, marcando assim uma diferença social sobre as restantes pessoas? Também o modo como o monarca recebia alguém era relevante. Existe um documento do século XVI que refere como o rei D. João III reagia numa audiência: aquando da entrada dos duques, puxava o barrete para trás; perante os arcebispos e algum nobre mais importante, puxava apenas parcialmente; no caso dos condes, punha simplesmente a mão no barrete, sem o retirar. Criava-se, então, uma certa tensão entre os recebidos face à atitude que o rei poderia ter: **iria retirar o barrete ou apenas colocar a mão?** Um simples gesto ou atitude podiam determinar a importância de quem era recebido e até provocar movimentações dentro da hierarquia social estabelecida. **E nos nossos dias?** Abrir uma porta a alguém ou tratar alguém por tu ou você são gestos ou atitudes que marcam diferenças sociais. **Que gestos semelhantes de diferenciação é que, por vezes, fazemos sem nos darmos conta?**



Câmara do Ouro

O espaço que se segue à Sala das Pegas, naturalmente mais pequeno e, por isso, mais privado, é a Câmara do Ouro. No século XVI, este era o local onde dormia o rei D. Sebastião, mas servia também para receber as pessoas mais privilegiadas, como embaixadores ou cardeais. Nessa altura, a privacidade da câmara do rei era diferente da ideia que existe nos nossos dias. O Camareiro-Mor, por exemplo, dormia junto à cama do rei ou junto à porta para assegurar a defesa do monarca durante a noite. Vestir o rei era uma cerimónia que implicava a participação de muitas pessoas: os Moços do Guarda-Roupa preparavam a camisa e o roupão; o Moço das Chaves trazia as ceroulas e as meias, que eram depois entregues ao rei pelo *Sumilher*; e o *Veador* (que dirigia os Moços) entrava na câmara seguido de um cortejo que trazia os restantes acessórios (calças, gibão, botas, espada, cinto, chapéu, luvas, lenço e água para lavar as mãos e o rosto), devidamente distribuídos sobre pratos dourados.



Guarda-Roupa e Camarim

Na Guarda-Roupa e Camarim eram guardadas muitas peças valiosas que serviam de alicerces ao poder do rei. Estes espaços estavam localizados numa zona do paço à qual apenas um grupo muito restrito de pessoas tinha acesso.

E que objetos poderiam ser considerados valiosos, por exemplo, no século XV ou XVI? Para além das peças mais óbvias, que hoje consideraríamos como tendo um grande valor material, tais como as joias ou objetos artísticos e religiosos, também se guardavam na Guarda-Roupa, ou na sua extensão natural, o Camarim, objetos com um cariz mais utilitário, tais como, utensílios para servir à mesa, roupa de cama, trajes (como as vestes mouriscas, que o rei D. Manuel emprestava aos cavaleiros em dias festivos), instrumentos musicais ou até objetos ligados à caça. Estes espaços também albergavam um outro tipo de riqueza, o conhecimento, patente em objetos como instrumentos científicos e livros. **Que objetos consideramos hoje valiosos e em que divisões das nossas casas os podemos ostentar ou, por outro lado, guardar, de modo a mantê-los seguros?**

Assim, tanto espaços como objetos ou rituais definiam estatutos e privilégios que revelavam o lugar que cada pessoa ocupava na sociedade. A distinção social era devidamente marcada e deveria ser bem visível. **E na atualidade? Em que medida ainda existe esta necessidade de evidenciar diferenças sociais ou, pelo contrário, achas que se caminha no sentido de uma sociedade mais igualitária?**



Educação

No Palácio Nacional de Sintra destacam-se duas salas que se encontram profundamente ligadas ao conhecimento e à educação: o Camarim e a Sala das Galés.

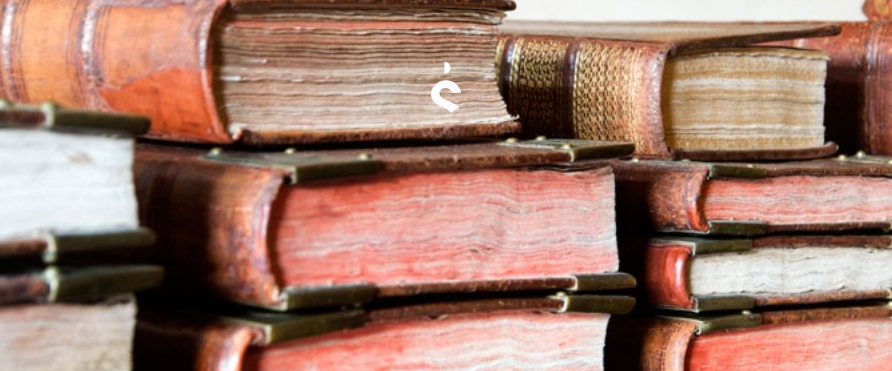


Juntamente com a Guarda-Roupa, o Camarim era um dos espaços mais privados do Palácio, onde se guardavam objetos de grande valor, sendo, por isso, um local cujo acesso era permitido apenas a um grupo restrito de pessoas que por ele zelava, bem como ao rei, que nele se podia retirar. **E o que seriam considerados objetos de valor há cerca de quinhentos anos atrás?** Para além dos objetos com elevado valor material, tais como joias, obras de arte ou móveis fabricados em materiais exóticos em locais longínquos, também as peças ligadas ao conhecimento e ao ensino, como os instrumentos científicos e os livros, eram guardados em espaços de acesso controlado, precisamente porque eram considerados preciosos. O conhecimento e a educação eram, portanto, vistos como algo bastante valioso.

Mas o que é a educação e para que serve? Para além de ser um processo de transmissão de conhecimentos, valores e normas de conduta, a educação fomenta também competências estruturantes na personalidade do indivíduo para que este possa inserir-se e contribuir ativamente para a sociedade a que pertence. Fundamental para desenhar o futuro do indivíduo e da sociedade em diferentes momentos da história, a educação de um príncipe refletia aquilo que se pretendia ser o melhor para o reino. Viajemos até à época de D. Sebastião (1554–1578), “O Desejado”, um dos reis cuja presença neste paço era assídua.

Como terá sido crescer e aprender no paço há cerca de 450 anos atrás?

Que conhecimentos deveria ter um futuro monarca para que o seu reino fosse próspero?



Algumas obras da época apresentam métodos de ensino para formar um soberano perfeito. É o caso dos “Espelhos de Príncipes” ou de escritos orientados especificamente para um futuro monarca. Ao escrever as suas *Sentenças para a Enseñança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, André Rodrigues de Évora recorre aos ensinamentos de sábios, filósofos e doutores da igreja para compilar os princípios que devem orientar o futuro rei para a boa governação.

Nascido pouco mais de duas semanas após a morte do seu pai, D. Sebastião trouxe consigo a responsabilidade de assegurar a continuação da dinastia reinante de Portugal, a dinastia de Avis. Face a este cenário, garantir uma boa educação para que o único descendente da coroa portuguesa aprendesse a exercer o poder revelou-se essencial para salvaguardar o sucesso futuro do reino.

Para o príncipe eram escolhidos os mestres mais ilústrs. Mas muitas vezes, ele também recebia lições juntamente com outros moços fidalgos, que, entre os 8 e os 10 anos, deixavam a casa dos seus pais para servirem o Rei e aprenderem na Corte. Considerava-se até saudável fomentar a competição entre os aprendizes para obter melhores resultados.

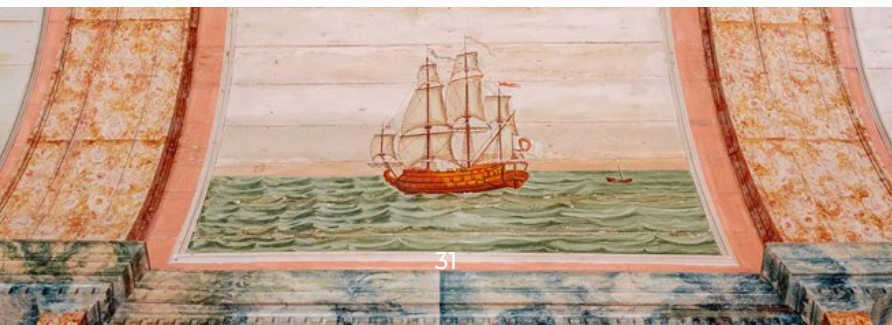
E como deveria essa educação ser feita nessa altura? Quais os conhecimentos certos para governar de maneira perfeita?



Um príncipe como D. Sebastião seguiria o modelo de educação em vigor à época, que estaria dividido em duas grandes componentes: o conhecimento teórico, baseado nas Artes Liberais, estava dividido em duas categorias (o *Trivium*, que englobava a Lógica / Dialética, Gramática e a Retórica, e o *Quadrivium*, composto pela Aritmética, a Música, a Geometria e a Astronomia); e o conhecimento prático, que compreendia não só a educação física (como a equitação, a dança ou o manejo de armas), mas também o comportamento que era esperado do rei enquanto modelo social perante os seus súbditos.

O príncipe devia também assumir-se como um exemplo de moderação e equilíbrio, tanto da mente, como do corpo. O futuro rei deveria, assim, encarnar as quatro virtudes cardinais: a Justiça, a Força, a Prudência e a Temperança. Por exemplo, durante um banquete, deveria mostrar moderação, ou seja, temperança, pois isso seria um sinal da sua capacidade de tomar decisões políticas prudentes e equilibradas. Desde pequeno, era ensinado a controlar impulsos e a evitar os vícios. A educação funcionava, portanto, como um trabalho de bastidores para aquilo que seria futuramente a *performance* que era governar. Esta aprendizagem era feita através da utilização de exemplos retirados da Antiguidade e da religião cristã.

Presentemente, no Camarim, encontramos alguns objetos que remetem para estes exemplos: é o caso da tapeçaria que mostra o general romano Júlio César a ser advertido, por





uma vidente, acerca dos perigos do seu futuro enquanto governante, evidenciando a necessidade da prudência; destaca-se também o globo celeste de Schissler, uma peça do século XVI, onde se encontram representadas as várias constelações, cujo conhecimento seria fundamental para a educação de qualquer jovem nobre ou de um futuro navegador.

A educação recebida pelo príncipe no palácio era, portanto, muito focada na aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Os conhecimentos de retórica eram importantes para o monarca poder expressar-se bem perante os seus súbditos. E no presente? A arte de bem expressar e articular ideias em público continuará a ser importante? E, se sim, será apenas para cargos de governação ou também para outras áreas de atividade profissional? Como é que os conhecimentos teóricos podem ajudar nas necessidades práticas do dia-a-dia? Comparando com o que estás a estudar, que áreas de conhecimento consideras serem centrais na educação? E quais aquelas que te parecem já não ter relevância?





Na educação renascentista, o diálogo com os mestres era uma das principais formas de adquirir e produzir conhecimento, bem como de fomentar o espírito crítico. Grandes humanistas do século XVI, como Francisco de Holanda (1517–1585) e Garcia de Orta (1501–1568), escreveram os seus tratados em forma de diálogo com perguntas e respostas. O Padre Amador Rebelo, mestre de escrita de D. Sebastião, refere ainda que era habitual o rei utilizar uma sala “muito espaçosa, e com muitas janelas de grande e alegre vista” para “ter a sesta” e aonde mandava “chamar os seus mestres para falar e praticar com eles”. Este tipo de aprendizagem era feito em espaços como a galeria, que no Palácio Nacional de Sintra poderá corresponder à atual Sala das Galés. Hoje, a educação não é exclusiva das elites e já não ocorre em ambientes restritos.

Quais são então os espaços e as maneiras que temos para explorar o sentido crítico?

The image shows a highly detailed, ornate ceiling, likely from a historical building. The ceiling is composed of a grid of octagonal panels. Each panel is filled with intricate, golden scrollwork and floral patterns on a dark background. The panels are separated by thin, light-colored lines. In the center of the ceiling, there is a prominent coat of arms, which is a heraldic shield with various symbols, surrounded by decorative flourishes. The overall appearance is one of grandeur and historical significance. The text "# Memória" is overlaid on the center of the image in a bold, white, sans-serif font. A large, semi-transparent, golden circular shape is visible in the bottom right corner, partially overlapping the ceiling pattern.

Memória



A preservação da memória é o elemento-chave para evitar o esquecimento. No entanto, ao longo da história, essa memória foi selecionada de acordo com aquilo que se pretendia representar em cada época. A Sala dos Brasões, construída entre 1516–1518, por ordem do rei D. Manuel I, é um dos espaços mais representativos da valorização da memória, no Palácio Nacional de Sintra. **Mas, afinal, que factos ou pessoas são dignas de ser representadas e, deste modo, eternizadas?**

Quando olhamos para a cúpula desta sala é possível perceber de quem era a memória que se pretendia preservar: para além dos brasões do rei D. Manuel I e dos seus filhos do segundo casamento, aqui se encontram representadas as 72 famílias mais importantes do reino, um número com um



significado bíblico. Na base da cúpula, na sanca, acima dos azulejos, a importância destas famílias é reforçada com a seguinte inscrição:

*“Pois com esforços leais serviços foram
ganhadas com estas e outras tais
devem de ser conservadas”*

Mas o que destaca estas famílias nobres aqui representadas das restantes? Que diferenças existem entre o que se considerava um herói há quinhentos anos e o que se considera um herói nos nossos dias?

Para que possamos compreender como os feitos heroicos de outrora podiam ser diferentes do que consideramos nos nossos dias, propomos o seguinte desafio: descobre no teto os seguintes brasões:

- Rei D. Manuel I;
- Família “Castro” (com seis círculos);
- Família “Pereira”;
- Família “Gama”;
- Família “Almeida”.

Cada um destes brasões representa uma linhagem familiar, na qual é possível identificar alguém que foi considerado, numa determinada época, um herói ou uma heroína.

Conheces algum dos seguintes nomes? E sabes que feitos os destacaram na História de Portugal?



MANUEL I, rei de Portugal

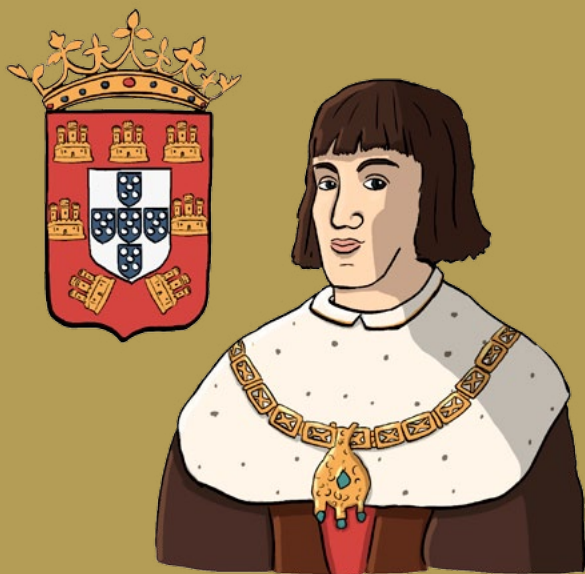
(1469–1521)

Quem foi?

Um dos reis mais ricos e poderosos da Europa, numa altura em que os Portugueses detinham um império que se expandia por quatro continentes.

Porque se destacou na História?

D. Manuel conseguiu garantir para a coroa portuguesa o monopólio do comércio da pimenta – uma especiaria muito apreciada, mas que apenas se produzia na Ásia. A riqueza deste monarca financiou a construção de edifícios tão emblemáticos como a Torre de Belém ou o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa. Além disso, apoiou muitos pintores, escritores e humanistas da época, fazendo reformas que modernizaram o reino ao nível administrativo e jurídico. No entanto, o seu reinado ficou também marcado pela sua decisão de forçar os judeus de Portugal a converterem-se ao cristianismo sob pena de serem expulsos (1496).





Família “Castro” (brasão com seis círculos) – D. INÊS DE CASTRO

(c. 1320–1355)

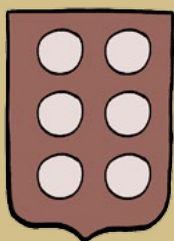
Quem foi?

Dama galega que, vinda para Portugal no séquito de D. Constança, noiva castelhana do herdeiro do trono português, D. Pedro, com o qual acabou por se envolver romanticamente.

Porque se destacou na História?

Esta relação amorosa ilícita punha em causa o acordo diplomático entre Portugal e Castela, tendo D. Inês sido sentenciada à morte e mandada executar pelo pai de D. Pedro, o rei D. Afonso IV, em 1355.

Anos mais tarde, quando se tornou rei, D. Pedro declarou D. Inês como rainha de Portugal.





Família Pereira

– D. NUNO ÁLVARES PEREIRA

(1360–1431)

Quem foi?

Condestável do Reino, este militar português foi um grande estratega ao serviço do rei D. João I.

Porque se destacou na História?

Conseguiu vencer as tropas castelhanas na Batalha de Aljubarrota, em 1385, apesar da inferioridade numérica dos portugueses. Impôs a sua autoridade militar nas Cortes de Coimbra, em 1385, para garantir a eleição de D. João I como rei.

Os seus feitos valeram-lhe a concessão de vários territórios por parte do monarca, tendo sido o maior senhor do reino. Após a morte da mulher, fundou o Convento do Carmo, em Lisboa, onde passou a viver como monge, tendo abdicado de todos os seus bens.





VASCO DA GAMA

(1469–1524)

Quem foi?

Foi 1º Almirante-mor da Índia e comandou a primeira frota que ligou a Europa e a Ásia, entre 1497–1498.

Porque se destacou na História?

Foi um grande navegador, que se destacou pelos seus conhecimentos de matemática, navegação e astronomia. A ligação marítima entre os dois continentes foi decisiva no processo de globalização, tendo estabelecido um diálogo intercultural sem precedentes. Não obstante, Gama recorreu à violência sobre a população muçulmana na Ásia para impor os seus objetivos.





Família “Almeida”

– D. LEONOR DE ALMEIDA

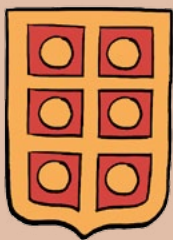
(1750–1839)

Quem foi?

Foi a 4ª Marquesa de Alorna. Cresceu encarcerada no Convento de Chelas, pois a sua família foi acusada de participar no atentado contra o rei D. José I, que governou Portugal entre 1750 e 1777.

Porque se destacou na História?

Destacou-se como uma importante figura nas artes e na cultura da sua época, enquanto pintora e poetisa, tendo também promovido a educação dos mais desfavorecidos. A sua formação foi bastante influenciada pelos valores do Iluminismo. Beneficiando da sua riqueza e dos seus privilégios enquanto nobre, casou com um alto funcionário ao serviço da rainha D. Maria I, o que lhe permitiu viajar pela Europa.





Estas figuras são hoje consideradas como heróis da história portuguesa. No entanto, na vida das personagens referidas acima, houve feitos que hoje podem considerar-se problemáticos.

Serão os feitos positivos suficientes para definir um herói nos nossos dias?

O que é que define um herói?

De que modo a época e as circunstâncias podem criar ou deitar por terra a imagem do que consideramos ser um herói?



Corpo



2.º Rei do

Portugal.

“Vivo sepultado,
como se fora morto.”



D. Afonso VI (1643–1683) vive os últimos nove anos da sua vida encerrado numa câmara do Palácio Nacional de Sintra. Sucedendo a seu pai, D. João IV (1604–1656), é durante o seu reinado que a independência portuguesa se consolida em relação à Monarquia Hispânica. Por isto, ficaria mais tarde conhecido na História pelo cognome de “O Vitorioso”. Como é, então, possível que acabe os seus dias num cativoiro que só lhe permitia circular entre o seu quarto e a capela do Palácio? Estava prisioneiro do espaço, da sua condição, mas também do seu próprio corpo.



Não nasceu para ser rei, nem foi preparado para tal. Por volta dos três ou quatro anos, D. Afonso sofre uma “febre maligna” que o deixa com dificuldades em mexer todo o lado direito do corpo. O infortúnio não o poupa e, mais tarde, já na sua juventude, um acidente de caça deixa-o infértil, condicionando assim a sua futura vida enquanto monarca e enquanto progenitor, pois fica incapaz de assegurar a continuidade da linhagem dos Bragança.

O irmão mais velho, D. Teodósio (1634–1653), morreu inesperadamente aos 19 anos, tendo a sucessão passado para D. Afonso que, de um momento para o outro, se vê obrigado a aceitar um conjunto de regras que a governação impõe à vida pessoal de um chefe de reino. É praticamente obrigado a aceitar governar Portugal, embora não esteja apto para isso.



O rei deveria ser um veículo dos interesses políticos e sociais, muitas vezes contrários à sua própria vontade pessoal. A figura do monarca personificava o próprio reino, pelo que tudo o que sucedia com ele tinha repercussões diretas no território e no conjunto de pessoas que governava.

O ambiente que o rodeia também não é considerado o mais favorável. Entre os seus amigos próximos conta-se António Conti, filho de mercadores, que recebeu o cargo de “moço das chaves”, tendo assim o privilégio de poder circular pelo Paço da Ribeira, em Lisboa, acedendo a espaços bastante restritos. Isto desagradava muito à alta nobreza. Para além disso, Conti trazia ao paço mulheres, para que se deitassem com o futuro rei de Portugal, e ajudava-o ainda durante as incursões noturnas pelas ruas de Lisboa, durante as quais havia sempre desacatos. A mãe do rei, a rainha D. Luísa de Gusmão, vê-se obrigada a estender ao máximo a sua regência, tais as dúvidas que recaíam sobre a capacidade de governar do seu filho mais velho. Não poderia um futuro rei escolher os seus próprios amigos, sem que isso provocasse a interferência de uma grande parte da corte?

Apesar de todas as dúvidas e boatos sobre a polémica figura do monarca, a aclamação como rei acontece em 1657. E pouco depois chega a obrigação de casar. Não era por amor, nem era por uma escolha sua, mas sim devido a um contrato que seria estabelecido com outro reino, de maneira a conciliar interesses comuns. A escolha recaiu numa princesa francesa, D. Maria Francisca de Saboia. Era preciso consolidar a aliança com a França, pois este reino seria um bom aliado contra a Monarquia Hispânica, com a qual o reino português ainda se encontrava em guerra, após a Restauração da Independência, em 1640. Chega também a obrigação de garantir descendência desta união, o que implicará uma intimidade desconfortável entre duas pessoas que possivelmente só se conhecerão em pessoa



no dia do próprio matrimónio e que terão de partilhar a cama e o corpo, em prol dos interesses de ambos os reinos.

“*Os Príncipes têm a desgraça de não poderem amar à sua vontade, como os outros homens (...)*”, virá a afirmar mais tarde António de Sousa e Macedo, valido do rei, aquando do confinamento de D. Afonso no Palácio Nacional de Sintra.

Mesmo sem vontade, o rei é pressionado a visitar os aposentos da rainha que, pelo contrato, é obrigada a aceitar o corpo dele para procriação. Mas os dias passam e os passos de D. Afonso VI tornam-se cada vez mais hesitantes, até que por fim o rei deixa de ir até à câmara da rainha, pois sabe que não é capaz de consumir o seu casamento. Após um ano, a própria rainha retira-se para um convento e pede ao papa a anulação do casamento.

São já demasiadas as vozes que se levantam contra D. Afonso. É então levado a tribunal e o seu corpo e a sua intimidade julgados por várias testemunhas: o médico atesta a sua incapacidade sexual; as mulheres com quem o rei se envolveu relatam os coitos falhados; e as pessoas mais próximas do monarca demonstram a angústia de um homem que não consegue cumprir as suas obrigações. O rei é considerado incapaz e o seu irmão mais novo, D. Pedro, é declarado *curador do Rei e governador dos reinos*, casando-se depois com a ex-mulher do irmão. D. Afonso VI é rei sem governar, alguém que não pode sequer decidir o destino e caminhos do seu corpo. Permanecerá encarcerado até ao final dos seus dias: primeiro na ilha Terceira, nos Açores, chegando-se depois ao momento em que uns aposentos no Paço de Sintra lhe servirão de morada até à sua morte.

Ao contrário do resto da corte, itinerante, em constante movimento, que circula entre os vários paços do reino,



“O Vitorioso” está agora confinado a espaços onde todos os seus movimentos são vigiados e onde o seu corpo continuará sob o controlo da vontade alheia. Constantemente vigiado, pode apenas circular entre a câmara onde dorme e a tribuna onde assiste à missa, mas onde não pode ser visto pelas restantes pessoas, o que contrasta abertamente com a dimensão pública que o rei deveria ter.

Ironicamente, até depois da morte, o seu corpo viria a servir os interesses do seu reino. As suas cerimónias fúnebres seriam realizadas no Paço do seu cativo, sendo o seu corpo exposto com todo o aparato que cumpria a um verdadeiro monarca, pois o seu irmão só tomaria o título de rei, enquanto D. Pedro II, após a sua morte.

O que pensas do destino que foi dado a D. Afonso VI? Qual seria o sentimento de D. Afonso VI ao afirmar “vivo sepultado como se fora morto”? Como te sentirias se vivesses permanentemente observado, sem espaço para a tua privacidade, nem mesmo no teu quarto?

A quem pertencia, afinal, o corpo do rei?

De que forma, atualmente, a nossa exposição nas redes sociais poderá estar, novamente, a limitar ou a invadir a nossa privacidade? E se no tempo de D. Afonso VI existisse Internet e se a sua situação tivesse sido publicada na rede? Isto amplificaria a exposição pública do rei, logo, a sua humilhação, ou suscitaria uma onda de solidariedade?

Onde se encontra a fronteira entre o que é público e o que é privado, entre aquilo que se deve expor (ou não) nas redes sociais?



Sentidos





Os sentidos são o meio através do qual os seres humanos percebem e definem a realidade à sua volta, mas a forma como sentimos o mundo à nossa volta depende de cada época e de cada cultura. A sensação que temos hoje ao entrar na cozinha do Palácio Nacional de Sintra é uma realidade diferente da do passado. Ainda assim, através dos sentidos, podemos tentar recriar vivências de outros tempos e evocar outras realidades.

Albergada pelas duas chaminés monumentais, com cerca de 33 metros de altura, a cozinha foi construída no século XV, durante o reinado de D. João I (r.1385–1433) e era um dos locais mais movimentados do Palácio em dias de banquete. A forma e o tamanho das chaminés, que ainda hoje marcam incontornavelmente a paisagem sintrense, têm várias explicações: a forma cónica permite uma resistência maior ao vento; o facto de serem mais altas do que o restante edifício, evita que os cheiros e o fumo entrem pelas janelas dos outros espaços do Palácio; além disso, são um modo do rei exibir o seu poder, demonstrando a capacidade de acolher e alimentar muitas pessoas.



Assim, quando visitamos a cozinha do Palácio nos nossos dias e encontramos um espaço sem comida, sem pessoas, sem os seus utensílios e sem os recursos naturais utilizados para a confeção dos inúmeros pratos que eram servidos nos banquetes, de que modo a experiência daquilo que já vivemos, lemos ou vimos consegue preencher essas lacunas?

O desafio que lançamos agora é precisamente esse: passo a passo, através das seguintes indicações, construir um cenário mental do que poderia ter sido a realidade numa cozinha como a deste Palácio há cerca de seiscentos anos atrás. **Poderás imaginá-lo ou até mesmo desenhá-lo em papel?**

1. Era habitual, naquela época, as pessoas dormirem no local em que trabalhavam. Como estaria este espaço nas primeiras horas do dia, antes da azáfama diária em torno da preparação das refeições? E no final do dia, quando era altura de descansar?



2. Cada trabalhador da cozinha tinha a sua própria função, havendo inclusive uma hierarquia dentro deste círculo de pessoas. Que tarefas seriam aqui desempenhadas?

3. Recorrendo aos cinco sentidos, como imaginas que seria no século XV a vivência desta cozinha num dia de banquete?
 - a. Começando pelo sentido mais imediato, a **visão**, quais os objetos necessários para levar a cabo estas tarefas? Onde estariam colocados? E as chaminés? Estariam tão brancas e limpas como as vemos atualmente? Que quantidade de pessoas atarefadas andaria de um lado para o outro?

 - b. Relativamente ao **olfato**, entre o fumo, os alimentos, as especiarias e o próprio odor das pessoas, que poderias cheirar nesta cozinha no reinado de D. João I?

 - c. Um sentido que podemos associar ao cheiro é o **paladar**. No meio de tantos alimentos e utensílios usados para os confeccionar, que sabores se misturavam aqui? Muitos pratos tinham temperos doces e salgados em simultâneo, como era o caso de uma sobremesa chamada “Manjar branco”, cujos ingredientes incluíam galinha desfiada, farinha de arroz, açúcar e ovos. Como é que as nossas papilas gustativas reagem ao que acabamos de ler?

 - d. Se experimentares entoar as vogais em voz alta na cozinha, vais reparar certamente que o som se espalha de um modo muito particular: faz eco. Estimula a **audição** e imagina que sons ecoariam outrora neste espaço. Fecha os olhos e imagina como seria o som do crepitar da lenha, do manusear dos tachos e panelas, das vozes das pessoas e até da água a correr.



e. Por fim, falta recorrer ao **tato** para apreender a enorme diversidade de texturas. Em que objetos ou alimentos gostarias de tocar? Que sensações poderias sentir ao colocar a mão debaixo da água ou ao aproximares-te do fogão a lenha? Ou até mesmo a desfiar a galinha para fazer o “Manjar Branco”?

Agora que já recriaste, no papel ou na tua imaginação, o que poderia ser um dia na cozinha do Palácio no século XV, o desafio passa por refletir sobre o seguinte: **será que o conjunto de imagens e sensações que conhecemos nos nossos dias, muitas possivelmente influenciadas por filmes que vimos ou por livros que lemos, poderão recriar o que foi a realidade de há seiscentos anos atrás?**

Quando pensamos acerca do mundo conhecido há seis séculos, rapidamente percebemos que, nos nossos dias, temos acesso a muito mais informação do que os nossos antepassados: se hoje, numa questão de segundos, podemos percorrer virtualmente uma rua em qualquer parte do mundo, no século XV, muita gente passava uma vida inteira sem sair da sua cidade. O mundo desconhecido de outrora era bem mais vasto do que na atualidade.

Não estará nossa imaginação mais limitada?

Será que conseguimos imaginar realidades para além daquelas que já conhecemos?

De que modo, afinal, podemos nós imaginar o mundo real de outros tempos sem sermos influenciados pelas referências dos nossos dias?



Longínquo



Num palácio estamos rodeados por muitas coisas: coisas belas, coisas caras e coisas que vêm de muito muito longe. É o caso dos objetos da Sala Manuelina. O luxuoso lustre provém de Veneza, algumas das porcelanas vêm da Ásia e o mobiliário foi construído com madeira tropical, proveniente do Brasil e de África. **Nós, humanos, temos um desejo por objetos refinados que são muito difíceis de obter. Quanto mais difícil for alcançá-los, mais nós os queremos! De onde vem esta necessidade?** E quais são os riscos envolvidos nessa busca? Até que ponto esses riscos se justificam, tendo em conta o benefício final?



A atração que objetos e produtos raros produzem sobre o imaginário humano levou a que, no passado, se empreendessem enormes esforços para os alcançar. No entanto, apenas uma pequena parte da população tinha capacidade para isso. Ao longo do século XV, os reis de Portugal investiram na exploração marítima ao largo da costa africana na expectativa de encontrar uma rota que os levasse diretamente aos centros de produção de especiarias. Nessa época, a pimenta, a canela, o gengibre, a noz-moscada e o cravinho eram produtos de luxo que chegavam à mesa dos mais privilegiados em grandes quantidades. A partir de 1497–1498, a descoberta dessa rota, por onde estes bens de luxo passaram a ser importados, trouxe grandes lucros à coroa portuguesa, permitindo ao rei D. Manuel construir grandes monumentos, como o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa ou fazer obras de grande escala neste palácio de Sintra, ao qual acrescentou novos aposentos. A Sala Manuelina é um excelente exemplo. Originalmente, era a Sala Grande de um desses novos aposentos e foi pensada para receber um grande número de cortesãos. No século XIX, o palácio deixou de ser um centro de poder político, tendo a sala sido compartimentada em pequenas divisões para alojar o rei D. Luís I (1838–1889). Mais tarde, removeram-se esses compartimentos para reconstruir a sala do tempo de D. Manuel, então encarado como uma época dourada do império português quando todo o tipo de produtos raros chegava à Europa nos navios portugueses.

Muitos dos produtos que eram raros no passado tornaram-se banais na nossa vida quotidiana. A pimenta é um condimento essencial da nossa gastronomia e a canela é largamente utilizada na doçaria tradicional. Do mesmo modo, muitos dos objetos que vemos no percurso do palácio eram raros e extremamente caros quando foram produzidos, mas hoje poderíamos reproduzi-los de forma mais acessível.



A porcelana, que era uma matéria que só se fabricava na China, está hoje disponível em toda a parte, e o vidro, então característico da cultura veneziana, pode produzir-se com muito boa qualidade em inumeráveis fábricas espalhadas pelo globo. Se um produto vindo da China, no século XVI, era algo raro e caro, nos nossos dias é algo comum e oferece muitas vezes preços mais atrativos.

Que outros produtos existem à nossa volta que só se produziam em lugares distantes e de difícil acesso, mas que hoje fazem parte da nossa cultura?

Consegues imaginar a tua vida sem produtos como o cacau (a partir do qual se faz o chocolate) ou o café, que na Idade Média eram totalmente desconhecidos na Europa?

Paralelamente, a própria noção de longínquo também pode ser abordada no seu âmbito espacial, temporal e cultural. Se há duzentos anos atrás um produto podia ser específico de uma determinada cultura, sendo considerado exótico noutra zona geográfica, nos nossos dias há uma banalização da sua utilização um pouco por toda a parte. Nos nossos dias, o *sushi*, originalmente da cultura japonesa, está presente em quase todos os pontos do mundo como sendo um prato habitual.

O mercado global acelera a interconexão de culturas, anulando a ideia de que existe uma cultura autêntica, sem quaisquer interferências. O que seria da *pizza* italiana sem o tomate que é originário das Américas? E o que seria dos doces conventuais portugueses sem a canela da Ásia? Aquilo que constitui determinada cultura é fruto

de um longo processo de intercâmbios entre povos diferentes que se influenciaram em maior ou menor grau.

Na Sala Manuelina, o mobiliário em exposição é testemunho desses processos de intercâmbio. Hoje, as formas decorativas são um exemplo da grande sofisticação e capacidade técnica da marcenaria portuguesa dos séculos XVII e XVIII, mas todos eles foram produzidos com madeiras tropicais. O efeito torcido das pernas dos móveis e as molduras de “tremidos” à volta das gavetas só são possíveis devido à alta densidade da madeira utilizada. A qualidade do material juntamente como a particularidade dos efeitos decorativos conseguidos geraram, no século XVII, um gosto especial por este tipo de mobiliário cuja matéria-prima era de difícil obtenção e que era sobretudo utilizada na construção naval. No entanto, as propriedades físicas da madeira e a





diversidade de aplicações estimulou o aumento da procura de mercado, fazendo crescer as importações de madeira tropical para a Europa.

Mas qual é o verdadeiro impacto dos nossos desejos consumistas? Existem pontos positivos e negativos, tanto ao nível do meio natural, como num nível social e humano.

Numa vertente ambiental, podemos apontar o exemplo da madeira tropical. A sua alta densidade e resistência permite maior durabilidade quando comparada com outras madeiras. O potencial das suas propriedades físicas também fomentou a capacidade criativa e artística dos carpinteiros que se especializaram no trabalho deste tipo de material, contribuindo para uma maior diversidade de mobiliário de luxo. Porém, hoje, é inegável que o aumento do seu consumo contribuiu de forma decisiva para a desflorestação de grandes áreas de território na América Latina, em África e na Ásia.

No nível social e humano, o consumo de produtos originários de regiões longínquas sempre teve um impacto negativo, por vezes, invisível. Tanto no passado como no presente, o consumo de mercadorias oriundas de locais longínquos frequentemente depende do recurso a trabalho forçado, incluindo mão-de-obra escravizada. O consumo de madeira tropical, no século XVII, ou de marisco oriundo do Pacífico ocidental, na atualidade, são disso exemplo. Por outro lado, também existem benefícios no interesse por produtos vindos de longe. Por exemplo, o cravinho da Índia, que era usado como analgésico para as dores de dentes, ou o ananás e a curcuma (Açafrão das Índias) usados como anti-inflamatórios, permitiram avanços no conhecimento e práticas medicinais. Simultaneamente, as próprias viagens contribuíram para desenvolver conhecimento científico



sobre necessidades humanas. Se, no passado, as longas viagens no desconhecido alto-mar revelaram que a falta de alimentos frescos provocava problemas graves de saúde, como o escorbuto, no presente, somos confrontados com o desconhecido do espaço, onde a falta de gravidade retira a resistência dos músculos dos astronautas. Neste sentido, a viagem e a distância são uma oportunidade de desenvolvimento científico.

Mas serão os benefícios suficientes para compensar o brutal impacto ecológico e social? O que pensar disto?

E hoje em dia, qual é o impacto de tudo aquilo que consumimos? Como foi produzido o mobiliário que temos em casa? Qual é o impacto do seu processo de fabrico e do seu transporte?

Com a atual tendência para caminhar em direção a uma “aldeia global”, dependemos cada vez mais de produtos que vêm de locais longínquos para alimentar um consumo crescente destes bens. No entanto, é importante que este caminho seja trilhado com a consciência do impacto que todo o processo tem no meio natural, na sociedade e nos direitos humanos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 29, f.64v.

CASTRO, Maria Helena Lopes de (ed. lit.), *Leal conselheiro/ Dom Duarte*. Lisbon, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

HARTLEY, L.P., *The Go-Between*. London, Hamish Hamilton, 1953.

REBELO, Padre Amador, *Relação da vida de El-Rey D. Sebastião (...)*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 1754.

RODRIGUES EBORENSE, André, *Sentenças para a Ensino e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Lisboa, Banco Pinto Sotto Mayor, 1988.

SABUGOSA, Conde de, *O Paço de Cintra. Apontamentos históricos e archeologicos*. Lisbon, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1903

SILVA, José Custódio Vieira da, *The National Palace of Sintra*. [London], Scala, 2002.

XAVIER, Ângela Barreto, e CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*. Lisbon, Círculo de Leitores, 2011.

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



Grafismo: Grafixpol

Créditos fotográficos: PSML, Cláudio Cardoso Marques,
EMIGUS, José Marques Silva, Luís Duarte, Luís Pavão.



5